



COLOQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A NOVA GEOGRAFIA E O (RE)PENSAR TEÓRICO-METODOLÓGICO SOBRE O ESPAÇO BRASILEIRO¹

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar
Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia – UFU
vs.pessoa@terra.com.br

Resumo

A Geografia Clássica, cujos princípios eram a observação, descrição e explicação dos fenômenos da paisagem, fundamentada no positivismo clássico, não conseguia mais responder às transformações causadas pela Segunda Guerra Mundial. O impacto do pós-guerra na economia e na sociedade fez com que os geógrafos repensassem sobre a natureza teórico-metodológica da Geografia tendo em vista sua maior cientificidade para responder às novas questões postas pela sociedade. O movimento de renovação refletiu a inquietação metodológica entre os geógrafos que viam no positivismo lógico o caminho para a análise da realidade. Assim, o objetivo desse texto é situar o Brasil no contexto sociopolítico entre os anos de 1964 a 1978 e analisar os reflexos da Nova Geografia (New Geography) na produção do conhecimento geográfico.

Palavras- chave: Nova Geografia (New Geography). Movimento de renovação. Método. Nova Geografia no Brasil.

Introdução

O tema proposto para essa mesa-redonda: “*Perspectiva lógico-formal: uma nova geografia para pensar o Brasil*” nos fez retornar no tempo e refletir sobre o mundo e, especificamente, sobre o Brasil do final dos anos 1950. Que fatos importantes ocorreram para que houvesse a necessidade de uma reformulação científica por parte da Geografia? A Geografia Clássica, cujos princípios eram a observação, descrição e explicação dos



fenômenos da paisagem, fundamentada no positivismo clássico, não conseguia mais responder às transformações causadas pela Segunda Guerra Mundial.

O impacto do pós-guerra na economia e na sociedade fez com que a Geografia e os geógrafos saíssem da Universidade para disputar espaço com outras áreas do conhecimento, dentre elas o planejamento e a crítica social. Naquele momento, era preciso refletir sobre a natureza teórico-metodológica da Geografia, tendo em vista sua maior cientificidade a fim de responder as novas questões postas pela sociedade.

O movimento de renovação refletiu a inquietação metodológica entre os geógrafos que viam no positivismo lógico o caminho para a análise da realidade.

Assim, o objetivo desse texto é situar o Brasil no contexto sociopolítico entre os anos de 1964 a 1978 e analisar os reflexos da Nova Geografia (New Geography) na produção do conhecimento geográfico.

A exposição será feita em três momentos, além da introdução e considerações finais. Primeiro, caracterizaremos o período que se estende do Golpe Militar até a abertura política (1964-1978) para entender os motivos da adesão à Nova Geografia na análise do espaço. Num segundo momento, procuraremos analisar a importância do método de interpretação e a “crise” metodológica da Geografia e porque a opção pela lógica formal para conduzir a reflexão teórica. No terceiro momento, procuraremos mostrar o significado da Nova Geografia para a interpretação da realidade brasileira.

1 - O cenário brasileiro no período 1964-1978: uma reflexão para entender o significado da Nova Geografia (New Geography)

O período em destaque foi marcado por cinco governos militares². Num rápido panorama dessa fase, podemos dizer que o país viveu momentos significativos no campo político, econômico, educacional e cultural. Em meio a uma repressão política, que era crescente no país, buscava-se um plano de estabilização econômica³. Dentre os momentos mais críticos dessa fase, podemos considerar a institucionalização do AI-5, em 1968, no governo Médici, cujos “poderes arbitrários contidos”, no referido ato, “davam ao Executivo autoridade iluminada para intimidar e silenciar seus críticos” (SKIDMORE, 1988, p.224).

O Brasil vivia um quadro de contrastes. De um lado, no campo, O Estatuto da Terra (1964) pretendia fazer a reforma agrária no país e o Estatuto do Trabalhador Rural (1967) estendia aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos (férias remuneradas, salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho/dia). A reação dos proprietários de terras



frente a esta legislação foi imediata: expulsão desses trabalhadores, muitos deles, agregados para não ter que cumprir a legislação. A consequência foi que essa população marginalizada foi morar na periferia das cidades, transformando-se em diaristas eventuais – os “bóias-frias” ou “volantes”. O “inchaço” das cidades fez com que, na década de 1970, a população urbana superasse a população rural. Do outro lado, “o período de 1968/1974” foi de grande euforia econômica. Os produtos primários exportados (café, soja, açúcar, cacau, minério de ferro...) alcançavam preços no mercado internacional. Foi também a época do “milagre brasileiro” com a construção de grandes obras (Ponte Rio-Niterói, Metrô de São Paulo) e, em decorrência disso houve o comprometimento com o capital monopolista internacional, alicerçado sobre a exploração da força de trabalho e repressão policial. Além disso, a concentração de renda se acentuou aumentando o “fosso” social. A construção das grandes rodovias como Transamazônica; Manaus – Porto Velho; Santarém – Cuiabá; a falida Perimetral Norte, marcaram essa fase áurea de grandes investimentos no país. Muitas firmas empreiteiras se enriqueceram com estes empreendimentos (VALVERDE, 1983) .

Esse período representa também a fase dos projetos de colonização dirigida, sobretudo para a Amazônia como alternativa de minimizar as tensões sociais existentes em algumas regiões do país, dentre elas, a Região Nordeste. Para a ideologia dominante isto representava um “modelo” de reforma agrária.

É a fase também da modernização da agricultura, da presença do meio técnico-científico (SANTOS, 1985) tanto no campo como na cidade. Em nível governamental, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) aceleraram o crescimento econômico. O planejamento territorial encontrou espaço para suas atividades sob a influência da Escola de Chicago, liderada pelos geógrafos Brian Berry e John P. Cole.

A censura, que já vinha sendo executada, quer no meio artístico, quer no meio educacional, tornou-se mais rígida naquele momento. A “essência” da realidade política, social, econômica e educacional não podia ser desvendada. Apenas a “aparência” era mostrada. Ou seja, “o visível, a variabilidade das formas, o lugar – preocupações eminentemente geográficas – passaram a ser sistematicamente negadas ou explicadas de forma determinista ou reducionista” (ABREU, 1989, p.20). A concepção teórico-metodológica da Nova Geografia atendia aos interesses políticos da época. Daí sua afirmação na Lógica Formal.

2 - A Nova Geografia (New Geography) e o pensamento lógico formal: uma “revolução” metodológica (?)

2.1 - o método : o ponto de partida para interpretar a realidade

Por volta da metade do século XX, o positivismo lógico estendeu sua influência sobre as demais disciplinas. Esta orientação, também conhecida como filosofia analítica estabeleceu-se primeiro sobre os domínios da matemática e a física e, em seguida, às outras ciências, dentre elas a psicologia, sociologia, biologia e economia. A lógica formal, por ser mais objetiva, geral e precisa do que a lógica tradicional, recebeu o nome de lógica moderna (GOMES, 2000).

A lógica formal foi e permaneceu válida, no nível das investigações simples, ou seja, aquelas que se efetivavam no plano das relações mais diretas, extremas e próximas porque a preocupação central do pesquisador era delimitar e identificar com exatidão o fenômeno ou objeto que pesquisava. O fato observado exigiu aprofundamento somente no plano da aparência e não da essência (H. GOMES, 1991), conforme já destacado.

O geógrafo ao aceitar a lógica formal como “caminho” para interpretar a realidade, fez uma opção metodológica. Para Moraes e Costa (1984, p.26):

“...a opção pelo método aparece como primeiro pressuposto no processo de construção de uma nova concepção de geografia, pois fornece uma série de balizamentos iniciais para tal empresa. Em primeiro lugar, são as referências oriundas da posição metodológica assumida que permitem a revisão crítica do conhecimento geográfico tradicional; são elas também que propiciam um parâmetro para o resgate das questões aí encontradas, consideradas relevantes e consistentes.”
Moraes e Costa (1984, p.26)

Nesse contexto, era importante que o pesquisador tivesse clareza do método de interpretação da realidade utilizado porque

“...o método de interpretação diz respeito à [sua] concepção de mundo, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida [...] Refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, porque não dizer, à ideologia e à posição política do cientista.”
(MORAES; COSTA, 1984, p.27, acréscimo nosso).

Continuando nessa mesma linha de reflexão sobre o método, os autores também afirmam que

“...o método é [...] o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico [...] O método de interpretação é [portanto] uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da



pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico do trabalho da ciência.” (MORAES; COSTA, 1984, p.27, acréscimo nosso).

A partir dessas considerações sobre o método (de interpretação da realidade), procuraremos analisar o significado do movimento de renovação da ciência geográfica, diante da crise da Geografia Tradicional em meados da década de 1950 e que se desenvolveu aceleradamente nos anos seguintes. Para tanto, procuraremos discutir o significado da “crise” na ciência.

2.2 - A Geografia , a “crise” metodológica e o movimento de renovação

Ao falar sobre as crises, emergências das teorias científicas e resposta à crise científica, Khun (1975) mostra que o “significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos” (p.105). Para a autor, “as crises são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias” (p.107). Nesse sentido, o autor pergunta: “como os cientistas respondem à sua existência” (p.107). A resposta às crises é o surgimento de um novo paradigma. “Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua”. (KHUN, 1975, p.108, grifo do autor).

Assim, “uma crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e com subsequente batalha para sua aceitação”. (KHUN, 1975, p.116). Sobre a transição e emergência de um paradigma o referido autor, em sua análise faz a seguinte menção:

“...a transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações [...] Um novo paradigma emerge [...] antes que uma crise esteja bem desenvolvida ou tenha sido explicitamente reconhecida.” (KHUN, 1975, p.116-117).

A análise de Khun (1975) serve para refletir sobre a mudança de paradigmas que ocorreu na ciência Geográfica. A Geografia Tradicional, cujas análises eram feitas nas observações, descrição e representação dos fatos não conseguia mais explicar a realidade tanto mundial, quanto brasileira face às mudanças que estavam ocorrendo no campo político, econômico, social e educacional.

As principais mudanças podem ser assim definidas: expansão do capitalismo monopolista; o planejamento econômico e o territorial já se definiam sob a ação do Estado, interferindo na organização do espaço; a urbanização se expandia de forma acelerada; no campo, a industrialização e a mecanização das atividades agrícolas em várias partes do mundo se concretizavam no fenômeno da modernização da agricultura; o êxodo rural, em função da modernização do campo, contribuía para o crescimento das cidades.

Diante desse quadro, o “instrumento de pesquisa da Geografia tornou-se defasado, implicando numa (sic) crise das técnicas tradicionais de análise. Estas não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre”. (MORAES, 1981, p.95). Com isto, surgiu uma “crise de linguagem, de metodologia de pesquisa” também. (MORAES, 1981, p.96). Novos instrumentos como o sensoriamento remoto, as imagens de satélite, o computador, substituíram os trabalhos de campo, característicos da Geografia Tradicional. Portanto, havia uma “crise” tanto no método de interpretação quanto no método de pesquisa. A resposta a essa crise, conforme apontou Khun (1975), foi a emergência de um novo paradigma.

Assim, a Geografia Tradicional, fundamentada no positivismo clássico, não mais respondia às inquietações que a realidade apresentava, conforme já destacado. A resposta a essa “crise” científica foi o movimento de Renovação da Geografia. Para Oliveira (1973, p.11),

“...a natureza da renovação na Geografia pode ser abordada sob tríplice aspecto: a integração no contexto científico, a utilização da linguagem matemática e o desenvolvimento de teorias geográficas. Dentro desta colocação, tanto a teorização, como a quantificação se apresentam como aberturas de perspectivas para a ciência geográfica. Convém esclarecer que esta renovação é muito mais filosófica que técnica. Os autores têm chamado a atenção para o fato que a quantificação é um meio, que leva à teorização ou dela provém, e não um fim em si mesma.” Oliveira (1973, p.11)

É importante destacar que essa transformação que envolveu tanto o aspecto filosófico quanto metodológico, foi denominada de *revolução quantitativa e teórica da Geografia* (BURTON, 1977). Foi com esse trabalho, publicado pela primeira vez em 1963, que “tornou-se comum falar em Geografia Quantitativa ou Revolução Quantitativa na Geografia”, posição essa consagrada principalmente pelos geógrafos anglo-saxões e que chegaria ao ambiente brasileiro pelos anos de 1967 e 1968”. (ADAS, 1977, p.63).

Nesse contexto, a quantificação, apoiada no uso de métodos matemáticos, o uso dos modelos de representação e explicação ao trabalhar os temas geográficos e a aplicação da teoria dos sistemas⁴ representam a renovação pragmática na geografia, mais conhecida como

Nova Geografia (New Geography). Ainda sobre o movimento de renovação, as considerações de Santos (1978), Claval (1982) e Amorim Filho (1979) são importantes.

Ao falar sobre o uso da estatística, dos métodos quantitativos e dos modelos teóricos Claval (1982, p.10-11) mostra que

“...o movimento não tardou a enriquecer-se em duas direções: além dos modelos teóricos tomados à economia, os investigadores aprenderam a usar os propostos pela sociologia, a etnologia ou a psicologia e construíram eles próprios novos modelos; o arsenal dos métodos propostos diversificou-se prodigiosamente: descobriu-se a contribuição que a estatística pode dar; os métodos quantitativos foram cada vez mais utilizados.” Claval (1982, p.10-11)

Continuando sua análise, o referido autor (1982) mostra que a renovação data do início dos anos sessenta do século XX, mas ainda tem dúvidas quanto ao qualificativo a ser aplicado:

“...uns falam de geografia teórica, outros de revolução quantitativa: são expressões que, não sendo inexatas, exprimem apenas metade da realidade. Por fim, é um artigo de Peter Gould, em 1968, que fixa o termo: *The New Geography, where the movement is*: a nova geografia, a expressão é feliz, porque corresponde exactamente à amplitude do processo; é todo o arsenal de métodos dos problemas, toda óptica explicativa, que são transformados...” (CLAVAL, 1982, p.11, grifo do autor).

Para Santos (1978), a quantificação foi a manifestação principal da “nova geografia”. Porém, utilizou também como instrumentos os modelos, a teoria dos sistemas (ecossistemas incluídos), a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento e, da mesma maneira, as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico.

Amorim Filho (1978), analisando o movimento de renovação do conhecimento geográfico, mostrou que as novas formas de explicação científica (frequentemente chamadas de teorias ou modelos), ou seja, a teoria geral dos sistemas, o estruturalismo, as bases teóricas da cibernética, a teoria dos conjuntos, a teoria dos jogos e as bases teóricas da comunicação tiveram um papel dinamizador para a ciência em geral. Estas mudanças refletiram também na Geografia.

Diante das reflexões dos autores citados, podemos dizer que a Nova Geografia (New Geography) pode ser analisada sob três vertentes: a Geografia Quantitativa, a Geografia Sistemática ou Modelística e Geografia da Percepção ou Comportamental. As três vertentes tiveram um peso significativo nos trabalhos brasileiros.

Esse momento de renovação da Geografia aconteceu num período de intensa discussão intelectual, que se iniciou na Suécia, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha e repercutiu na [ex] União Soviética e na Polônia e também no Brasil, conforme será visto a seguir.



3 - A Nova Geografia (New Geography): uma nova proposta metodológica para interpretar o espaço brasileiro

No Brasil, A Nova Geografia (New Geography) como foi denominada se consolidou como um novo paradigma para atender aos interesses políticos do país a partir do Golpe Militar de 1964 até a abertura política que se iniciou em 1978.

Nessa ótica de análise, a nova proposta para explicar a realidade brasileira se legitimou como verdade e a partir daí o pesquisador em Geografia passou a se preocupar mais com a “aparência” do que com a “essência” dos fatos.

“A Nova Geografia rompeu com a Geografia Clássica [...] , apresentando formulações nomotéticas que facilitavam o uso da estatística. Condenou, no ensino, o uso das excursões, das aulas práticas de campo por achar desnecessária a observação da realidade, substituindo o campo pelo laboratório, onde seriam feitas as medições matemáticas, os gráficos e tabelas sofisticadas, procurando visualizar a problemática através de desenhos e diagramas. Uma ala intitulou-se de Teorética, para quebrar qualquer vínculo com os trabalhos empíricos, afirmando-se inteiramente comprometida com a reflexão teórica.” (ANDARDE, 1984, p.107.)

Dessa forma, a assimilação dos princípios teóricos e metodológicos da Nova Geografia exigiu dos pesquisadores-geógrafos uma postura científica totalmente nova para um grupo considerável desses pesquisadores (AMORIM, 1978). Entretanto, a “alienação” frente aos problemas pelos quais o país passava, e já foram aqui destacados, foi uma característica marcante entre os geógrafos. A preocupação da Geografia e dos geógrafos com a organização do espaço mostra a ideologia desenvolvimentista predominante naquele momento. Diante desse quadro, duas instituições passaram a ser o centro difusor da Nova Geografia no Brasil: o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e a UNESP/Campus de Rio Claro.

Com relação ao IBGE, os pesquisadores, com tradição de pesquisa geográfica, mudaram seus objetivos e seu enfoque metodológico. A partir desse momento, os trabalhos foram voltados para a informática (VALVERDE, 1983, p.58). A orientação francesa, até então predominante nos trabalhos, foi deixada de lado e os geógrafos do referido órgão foram aos Estados Unidos para fazer a pós-graduação. Por sua vez, os geógrafos americanos e ingleses vieram ao Brasil para ministrar cursos e seminários. O livro de J. P Cole - *Geografia quantitativa* -, publicado em 1972 pelo IBGE e a Revista Brasileira de Geografia foram os veículos de difusão dos novos métodos e das técnicas (ANDRADE, 1987).

Outro local de desenvolvimento dos estudos geográficos voltados à concepção quantitativa foi o curso de Geografia da UNESP/Campus de Rio Claro. No Programa de Pós-Graduação em Geografia, foram produzidas inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado utilizando os métodos quantitativos e a análise sistêmica. Podemos dizer que aí se formou “Uma Escola da Nova Geografia”. Nessa escola, os geógrafos Antonio Olívio Ceron, Antonio Christofolletti, Helmut Troppmair, Miguel César Sanchez, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Livia de Oliveira, Juergen Richard Langenbuch construíram um referencial teórico para a Geografia brasileira por meio de suas pesquisas e orientações. Um marco dessa fase em Rio Claro foi a criação, em 1971, da Associação de Geografia Teorética com duas publicações: o Boletim de Geografia Teorética (já extinto) e a Revista Geografia, ainda em circulação e classificada no Qualis/CAPES com conceito “B” internacional. Por meio dessas duas publicações, as pesquisas eram divulgadas, fazendo com que o conhecimento extrapolasse as fronteiras do país. No que se refere ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, sua contribuição também foi significativa. Estudantes (recém saídos da graduação e muitos já professores de Universidades) de vários estados brasileiros, e também do exterior passaram por esta “Escola” e aprenderam a fazer pesquisa. Muitos desses profissionais foram responsáveis, posteriormente, pela criação dos Programas de Pós-Graduação em suas instituições de origem.

Um destaque também importante dessa fase foi a realização do Simpósio sobre a Renovação da Geografia em 1973, patrocinado pela AGB, na cidade do Rio de Janeiro, durante a XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência cuja relatora foi a professora Bertha Becker. O objetivo desse Simpósio foi

“...congregar os geógrafos filiados à Associação para um encontro que se fazia necessário, voltado, basicamente, para uma discussão em torno da renovação conceitual e metodológica que vem se processando na Geografia Brasileira, associada à introdução e progressiva difusão de técnicas quantitativas.” (BERNARDES, 1973, p.5).

Dentre as atividades desenvolvidas nesse Simpósio, a primeira, foi um curso sobre Técnicas Quantitativas realizado por Speridião Faissol, Olga Maria Buarque de Lima, Pedro Pinchas Geiger, sob a coordenação de Speridião Faissol, importantes técnicos do IBGE (BERNARDES, 1973).

As palavras da professora Bertha Becker no Relatório Final sobre o Simpósio mostram que

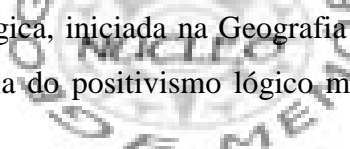
“...a renovação constitui, pois, um processo resultante de uma seqüência de decisões e ações. Em primeiro lugar, a insatisfação e conseqüente busca e tomada de contato com o novo; em seguida, a aceitação do novo, que não significa justapô-

lo ao pré-existente, mas sim confrontá-lo com o pré-existente, que é então substituído, num processo revolucionário ou integrado num processo evolucionário. Nesses processos são geradas novas atitudes ou ações.”

Outro espaço de discussão da Nova Geografia (New Geography) foram os encontros organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Isto pode ser verificado nos encontros de 1974 (Belém), 1976 (Belo Horizonte) e 1978 (Fortaleza), estes dois últimos, por nós vivenciados.

Diante dessas considerações, constata-se a importância da Nova Geografia (New Geography) para a geografia brasileira. O momento de renovação representou a mudança teórico-metodológica, a modernização e a revisão de conceitos como, lugar, região, espaço, paisagem, território face à adoção de novas técnicas para sua aplicação. Fazendo uso das palavras de Burton (1977, p.73): “a revolução teve um objetivo diferente. Foi inspirada por uma necessidade genuína de tornar a geografia mais científica e por uma preocupação em desenvolver um corpo de teoria”.

Considerações Finais



A “revolução” metodológica, iniciada na Geografia brasileira, na segunda metade da década de 1960, sob a influência do positivismo lógico marcou a ruptura com a Geografia Clássica.

O novo método de interpretação da realidade surgiu como uma possibilidade para a Geografia levantar e testar as hipóteses, comprovar ou refutar os resultados, propor leis para se chegar às teorias. Em meio às críticas que essa corrente teórico-metodológica recebia por parte da comunidade geográfica que questionava a “aparência” da realidade, não se pode negar que a produção geográfica foi significativa.

A Geografia associou-se à corrente científica ao fazer uso da linguagem matemática por meio da estatística, de modelos e da teoria dos sistemas, conforme já destacamos. O momento político do país no período 1964-1978 não possibilitou outra forma de analisar a realidade a não ser esta. Se houve exageros na interpretação, não cabe aqui fazer o julgamento. A própria crise do capitalismo, no final dos anos 1970, levou a comunidade científica a um repensar sobre os problemas relacionados à recessão econômica e desestabilização dos regimes autoritários dos países do chamado “Terceiro Mundo” e, portanto, reavaliar o método de interpretação da realidade.



Notas:

¹ Texto para a mesa-redonda: Perspectiva lógico formal: uma nova geografia para pensar o Brasil – I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico – abril/2008

² Governos: Castelo Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967-1969); Médici (1969-1974); Geisel (1974-1979); Figueiredo (1978-1985).

³ Sobre esta discussão recomendamos a leitura de Skidmore (1988 e 1998).

⁴ A Teoria dos Sistemas foi desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy. Mais informações ver: BERTALANFFY, Ludwig.. **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL,1975.

Agradecimento

Agradecemos à Profa. Beatriz Ribeiro Soares pela leitura e sugestões e a Valéria Guimarães de Freitas Nheme pela revisão do texto.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício A. Reflexões sobre algumas críticas da geografia crítica. In; ENCONTRO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE GEOGRAFIA, I., 1989, Uberlândia. **Anais...** Conferências e Mesas-Redondas. Uberlândia: AGB-Seção Uberlândia, 1989. p.15-25.

ADAS, Melhem. Geografia e tecnoburocracia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.53, p.61-68, fev. 1977.

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Alas, 1987.

AMORIM FILHO, Oswaldo. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia**. Belo Horizonte: Instituto de Geo-Ciências/Universidade Federal de Minas Gerais, 1978. (Publicação Especial, n.2).

BECKER, Bertha K. Relatório final: renovação da geografia no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Org.). **Simpósio**: a renovação da geografia. São Paulo: AGB, 1973. p.117-131.

BERNARDES, Lysia. Introdução. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Org.). **Simpósio**: a renovação da geografia. São Paulo: AGB, 1973. p.5- 8.

BURTON, Ian. A revolução quantitativa e a geografia teórica. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v.7, n.13, p.63-84, 1977.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.1, n.1, p.3-33, abr. 1976.

CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Tradução de Filipe Machado. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.



CORRÊA, Roberto L. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes, 1982. p.115-121.

KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Revisão de Alice Kyoto Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1975.

GOMES, Horieste. Da lógica formal e da lógica dialética. In: _____. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia.** Goiânia:CEGRAF/UFG, 1991. p.38-40.

GOMES, Paulo C. da C. O horizonte lógico formal na Geografia. In: _____. **Geografia e modernidade.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.249-273.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

MORAES, Antonio C. R. ; COSTA, Wanderlei M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço.** São Paulo; HUCITEC, 1984.

OLIVEIRA, Livia de. A renovação na geografia. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Org.). **Simpósio: a renovação da geografia.** São Paulo: AGB, 1973. p.9-22.

SANTOS, Milton. A renovação do após-guerra e a "new geography". In: _____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978. p.39-43.

SANTOS, Milton. Espaço e capital: o meio técnico-científico. In: _____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. p.37-48.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil.** Tradução de Raul Fiker. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.** Tradução de Mário Salviano Silva. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VALVERDE, Orlando. Evolução da geografia brasileira no após-guerra. In: SESu/UFGM(Org.). **Simpósio "Teoria e ensino da Geografia".** Belo Horizonte,: SESu/UFGM, 1983. p.47-59. (Textos para discussão, v.2).